

DISCURSOS, SABERES E PODER: ESTUDO DAS ESCRITAS DE PROFESSORES E ESPECIALISTAS NAS REVISTAS EDUCACIONAIS PORTUGUESAS (1880-1900)

GOUVEA, Maria Cristina Soares de. – UFMG – crisoares43 yahoo.com.br

GT: História da Educação / n.02

Agência Financiadora: CNPq / CAPES

A recente produção internacional do campo da história da educação, ao contemplar o estudo do século XIX, tem revelado a fertilidade da investigação acerca de tal período, na compreensão dos processos de ordenamento da instituição escolar. Configurou-se a circulação de discursos e práticas de democratização do acesso a instituição, substantivados em políticas públicas de escolarização por parte dos distintos Estados nações. Em que pesem as inequívocas especificidades nacionais e regionais, a grosso modo, delineia-se um quadro de difusão da educação elementar e de produção de dispositivos para sua implementação.

Tal recorte era significado nos diferentes quadros nacionais em função da sua história e contexto. Portugal constitui um interessante locus de investigação, tendo em vista, por um lado, a relativa uniformidade do seu sistema de ensino, a inserção do país nos embates em torno da formulação e implementação de políticas educacionais nacionais no espaço centro europeu e, por outro, a afirmação ao longo do período de um “atraso histórico” na efetivação da escola elementar, considerando o quadro continental.

No caso da educação portuguesa verifica-se a tensão na efetivação das leis de obrigatoriedade escolar. Mesmo considerando a imprecisão dos dados estatísticos, observa-se que a escola não constituiu-se como espaço privilegiado de formação para o grosso da população. Os elevados índices de analfabetismo, o insuficiente número de escolas públicas e particulares, a provisoriedade de seu funcionamento indicam um quadro de precariedade característico.

Na verdade, verifica-se que Portugal, nas duas últimas décadas do XIX, ao mesmo tempo que não conseguiu estender a escola elementar à maioria da população, concentrou esforços na ordenação e funcionamento da escola secundária. Observa-se um privilegiamento deste nível do ensino, expresso na desigualdade da distribuição de verbas públicas para a educação¹, nas reformas educacionais implementadas, centradas em tal segmento, bem como no enfoque privilegiado do tema na produção discursiva

¹ Segundo dados publicados em Educação Nacional (1897, p. 32): “no exercício de 1896/1897 foram destinados ao ensino primário 218971727, de um total de 1171505258”

dos distintos periódicos educacionais. A formação cultural das elites constituiria elemento fulcral na constituição de um país moderno, para a qual a estruturação da educação secundária era estratégica. A Revista de Educação e Ensino assim expressava: “ a educação das classes que devem ser justificadamente dirigentes é uma necessidade...a boa direção do povo depende essencialmente dos méritos das classes chamadas a influir nas idéias, a ministrar o ensino, a fazer progredir a ciência, a administrar o Estado”²

No bojo da produção analítica sobre a escolarização ao longo do período, busco investigar a circulação de discursos e saberes no campo educacional, contemplando três eixos de análise: os autores (professores e especialistas), os espaços de difusão (revistas de educação e ensino) e os tópicos das produções discursivas (com foco na análise dos escritos sobre o aluno).

Tenho como intento conferir visibilidade à discussão sobre o aluno nos discursos educacionais portugueses do período, contemplando sua polifonia, de maneira a compreender a construção histórica do protagonismo deste sujeito na ciência pedagógica e nas práticas escolares.

O trabalho funda-se na perspectiva da história intelectual (Falcon, 1997), que hoje busca romper com hierarquias tradicionalmente produzidas pelo campo, centradas na análise heurística dos textos, mais exatamente, nos textos ditos científicos. Tendo em vista que a própria definição da ciência constitui uma produção histórica, lança-se o olhar sobre a diversidade de saberes em circulação em diferentes momentos, conferindo visibilidade aos conhecimentos produzidos por autores e em espaços de circulação não circunscritos ao domínio científico.

Porém, é fundamental considerar, como indica Foucault (1997), que os discursos têm um peso social diferenciado, fruto do lugar dos autores e dos espaços de circulação do conhecimento. É com esta perspectiva que busco contemplar a autoria/ espaços de difusão dos saberes sobre o aluno, considerando que a legitimidade dos diferentes textos eram sustentadas em relações de saber/poder. Por outro, incorporar as contribuições de Chartier (1991) ao analisar as "lutas de representações", estabelecidas na disputa entre diferentes grupos sociais, no caso professores e especialistas. No dizer do autor (1991:p. 183): “ a construção das identidades sociais é resultado sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de

² Biblioteca Nacional (BN): Revista de Educação e Ensino, 1896, p. 56

classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma"

Discursos sobre o aluno: o lugar social dos autores

O estudo das revistas de educação e ensino permite-nos contemplar um espaço de produção discursiva característico da cultura escolar daquele momento histórico. Os periódicos, de duração variada, constituíam um espaço de divulgação de saber que adquiria especial relevância ao longo dos oitocentos, funcionando como um dos dispositivos privilegiados de uniformização do discurso pedagógico e profissionalização do professorado.

As revistas tinham forte consciência de seu papel histórico de divulgador dos conhecimentos científicos. Porém, tais veículos não apresentavam uma identidade homogênea. Considerando a composição social diferenciada do público atendido pela escola, determinante de demandas educativas diversas, verifica-se a existência de múltiplos discursos, saberes e projetos de escolaridade, veiculados em distintos espaços de circulação do conhecimento, por autores inseridos em lugares sociais diversos, dotados de legitimidade também diferenciada. No dizer de Foucault (1997, p. 198): “ há, de forma muito regular nas sociedades, uma espécie de desnivelamento dos discursos ... embora os seus pontos de aplicação possam mudar, a função permanece; e o princípio de uma diferenciação encontra-se sem cessar repostado em jogo”

Nessa perspectiva, na análise das revistas, é fundamental considerar a especificidade de cada veículo, contemplando a identidade profissional dos autores dos textos, política editorial, concepção política-educativa, bem como a relação estabelecida com o público leitor, notadamente o professorado, de maneira a conferir visibilidade às “lutas das representações”

Buscando apreender a polifonia de discursos em torno do aluno da educação portuguesa, o resgate de diversas fontes e seu entrecruzamento foram recursos historiográficos fundamentais. Para tal, foram selecionados³ três periódicos, entre a centena de revistas educacionais em circulação ao longo dos oitocentos.

³ A seleção contemplou a circulação, prestígio social dos autores e editores da publicação, aspectos analisados a partir do repertório analítico sobre a imprensa educacional portuguesa. Vide Antonio Novoa: A imprensa de educação e de ensino- repertório analítico(séculos XIX e XX). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993

As fontes analisadas foram os periódicos: O Ensino, que circulou entre 1885 a 1890, a Revista de Educação e Ensino, que foi editada entre 1886 e 1900 e Educação Nacional, que foi publicada entre 1896 e 1976⁴.

O perfil de O Ensino era definido nos seguintes termos:

“... as transformações por que está passando atualmente o ensino popular no país inspiram-nos o desejo de empreender a publicação dessa revista que acompanhando a evolução iniciada fosse dando os leitores uma informação completa de todo este movimento das reformas, procurando ao mesmo tempo aquilatar-las em relação ao que por experiência sabemos da escola primária e por dignidade sentimos com respeito ao professor...tudo pelo ensino, tudo pelo professorado primário”⁵

Tendo experimentado significativa circulação à época, caracterizava-se pela identificação com os docentes e suas reivindicações. Perfil que expressava-se tanto na discussão de questões atinentes à dinâmica da sala de aula, como na divulgação de demandas profissionais, organização dos congressos de professores, buscando assumir-se como canal de expressão do grupo profissional.

Sustentado em tal perfil, o periódico publicava sugestões de estratégias de trabalho, divulgando as novas perspectivas metodológicas, em que a linguagem e a abordagem definiam-se pela aproximação do professorado primário, difundindo um saber técnico relacionado ao ofício docente. Dimensão do periódico que tinha registro em seu editorial, propondo publicar : “questões teórico- práticas das escolas primárias, parte prática do ensino das diferentes matérias que constituem o programa das escolas , com destaque para a parte que se refere a pedagogia”⁶.

Como comenta Boto(2003, p. 94): : “ o discurso do professorado usualmente continha também uma preocupação em mostrar-se presente no debate pedagógico erudito: as questões de metodologia e de técnicas de ensino eram aqui acompanhadas da discussão dos conteúdos a serem veiculados pela escola primária”

O periódico Educação Nacional, que constitui exemplo de longevidade, começou a circular em 1896, tendo sido publicado até 1976. Definiu-se também, no período estudado, por um perfil identificado com o ensino primário e as demandas do professorado, assumindo posição de crítica às reformas implementadas e à política

⁴ Na análise, contemplei apenas os números que circularam entre 1896 e 1900.

⁵ BN. O Ensino, n. 1, 1885, p. 1-2

⁶ BN: O Ensino, 1885, p. 1-2

educacional do governo. A revista tinha um discurso de defesa da escolarização associando-a ao progresso do povo e da Nação, em que os artigos apresentavam forte conotação política, ao mesmo tempo que incorporavam termos do discurso científico, de forma a sustentar sua argumentação. Tendo em vista um projeto político de transformação nacional, fundado no republicanismo, o ensino primário era considerado espaço fundamental de intervenção.

Já a Revista de Educação e Ensino tinha outro perfil. Segundo Nóvoa(1993, p. 105): “ a revista contemplava três núcleos temáticos: questões de natureza pedagógica e educativa, análise e crítica dos sistemas educativos e divulgação dos assuntos de natureza científica e cultural”

Em seus editoriais, explicitava-se o papel difusor de saberes dotados de legitimidade, devido a posição social de destaque de seus autores, reconhecidos como representantes da intelectualidade lusitana. Eram basicamente especialistas inseridos em diferentes campos do conhecimento(médicos, educadores, juristas, políticos) e espaços institucionais, muitos destes diretamente envolvidos na produção e efetivação de políticas públicas educacionais.

A Revista expressava nos seguintes termos sua linha editorial e relação com o público leitor: “ a Revista de Educação e Ensino deve pelo seu espírito condensar em forma acessível as recentes aquisições metodológicas, vulgarizando os preceitos científicos e pedagógicos e, desse modo, colocar-se a serviço da regeneração do nosso ensino público, sobretudo no nosso grau secundário, onde além do mais falta uma escola normal ” ⁷

O periódico não trazia marcas de interlocução com os professores(cartas, consultas, comentários sobre questões do cotidiano ou do associativismo docente) próprios dos outros veículos analisados. Verifica-se, na verdade, a presença de um discurso desqualificador do docente, representado como mal preparado para o exercício do ofício. Frente a isso, sua proposta era fazer circular os saberes científicos identificados com o universo acadêmico, numa posição distinta dos demais veículos que lhe eram contemporâneos.

A estrutura discursiva dos textos era fundada na apropriação das disciplinas acadêmicas que, como analisa Escolano(1999), mostravam-se desvinculadas das práticas e das

⁷ BN. Revista de Educação e Ensino, 1889, p.7

diversas culturas nacionais, sendo postuladas como modelo de saber legítimo, a ser incorporado pelo professorado, de forma a guiar sua prática profissional.

A análise da Revista de Educação e Ensino indica, portanto, a crescente cientificização do campo pedagógico, em que a produção acadêmica era matriz de análise da problemática educacional. É no período estudado que constrói-se uma rede de dispositivos de afirmação e difusão dos saberes científicos que, ao mesmo tempo que propunham-se dar respostas às questões postas pela educação, buscavam conferir aos especialistas, notadamente médicos, um espaço de exercício de poder e intervenção social. Como afirma Garnel(2003, p. 252): “ ao longo do século XIX e início do século XX, os médicos construíram um poder, tanto maior quanto mais conseguiram que sua voz fosse ouvida pelas instâncias do Estado e que as modificações dos comportamentos fossem interiorizadas pela população”

Discursos sobre o aluno: o professorado e a expressão de um saber técnico:

Tendo em vista o resgate dos discursos docentes, foram trabalhados os textos ou marcas da produção discursiva dos professores presentes no periódico “O Ensino” . Para tal, foram analisados os registros das atas das conferências pedagógicas realizadas em Lisboa entre os anos de 1885 e 1886. Os discursos do professorado neste eventos pedagógicos foram resgatados no estudo das suas apresentações práticas, como também de suas manifestações no decorrer da realização das conferências. Foi também contemplada a análise da secção: “Correspondências Recebidas”, presente no periódico O Ensino, coluna na qual os professores faziam consultas relativas ao exercício profissional. Por fim, foram analisados os mapas de matrícula e frequência enviados pelos professores ao periódico.

A revista desde seu primeiro número fez circular uma coluna contendo cartas com consultas dos professores primários sobre questões relacionadas ao desenvolvimento do seu ofício. Verifica-se a grande adesão por parte do professorado . O caráter dialógico de algumas das correspondências é indicativo da identificação com o periódico: “ há muito que tenho a intenção de escrever ... hoje que tenho um bocadinho de tempo, tomo-o para pedir sua opinião sobre um ponto que foi apresentado e discutido nas conferências pedagógicas de Argemil em 1881, esta questão era: qual a utilidade ou desvantagens das escolas mistas?”⁸. Na resposta, recorre-se ao texto legal, aspecto que

⁸ BN. O Ensino, 1882, p. 131

atravessa todas as manifestações da revista às consultas do professorado, em que o discurso jurídico busca balizar e definir o campo pedagógico.

Observa-se uma centralidade da discussão acerca das questões associativistas, em que a imensa maioria das cartas volta-se para consultas acerca de demandas salariais, férias, aposentadoria, aspectos relacionados a profissionalização docente. Destacam-se também as correspondências acerca das condições de trabalho, notadamente de moradia, já que os professores moravam em casas alugadas para funcionarem como salas de aula, sendo presentes as tensões na administração da superposição entre os domínios público e privado do cotidiano do professorado.

O resgate do discurso dos docentes, fruto de sua experiência social indica a peculiaridade do saber profissionista. Segundo Escolano (1999, p. 89): “ na aprendizagem do ofício docente há predomínio dos modos de apropriação empírica das competências práticas que o coletivo dos professores foi configurando como regras artesanais de um trabalho especializado e semi profissional”.

No que refere-se as questões atinentes a ordenação do trabalho pedagógico e a expressão dos saberes sobre o aluno, os professores em suas cartas centravam-se em alguns temas. Destaca-se a repetição de consultas sobre inserção e registro de alunos fora da faixa etária contemplada pelas leis de obrigatoriedade escolar, notadamente a recepção de alunos de mais de 12 anos. A preocupação dos professores referia-se não propriamente a administração no contexto escolar de alunos de idade diferenciada, mas ao registro dos mesmos e a viabilidade de recebimento do salário referente a frequência de tal público. Observa-se também a denúncia da recusa das juntas municipais de pagamento ao docente do aluno fora da faixa etária legal.

Das várias correspondências referentes a tal temática, apenas duas questionavam a recepção de alunos com idade inferior a prevista pela legislação, tendo a revista respondido que os professores não deveriam matricular tal público. Ao contrário, nas consultas referentes aos alunos mais velhos, as respostas orientavam o professor a receber o aluno, criticando as juntas municipais por fazer uma interpretação tão estrita do texto legal.

Relacionada a esta questão, apareciam consultas referentes a ordenação do trabalho com alunos situados em níveis diferentes de aprendizagem: “ uma escola primária foi dividida em tres classes para regularidade do serviço. Pergunta-se quais os alunos que forma a primeira classe? Os mais adiantados, ou os mais atrasados?” A resposta do periódico deu-se nos seguintes termos: “... Não havendo determinação legal nem

convenção estabelecida que determina a adoção de um ou outro sistema, pode o professor seguir na escola aquele que tiver mais predileção”⁹

A discussão acerca da escola graduada e da forma de geri-la aparece numa outra consulta:

“ numa escola funcionam simultaneamente as três classes em que se dividiu o curso de cada disciplina. Assim, na hora da leitura, todas as classes lêem, sob direção do professor e monitores, na escrita todos escrevem, etc. Ora, como a aptidão de um mesmo aluno varia, muitas vezes segundo ele se aplica o estudo de um ou outra disciplina e como não seria justo retardar-lhe o adiantamento unicamente para seguir paralelo com os de seu grupo ou classe a que até ali pertencera , visto que ao contrário não advém embaraço algum ao regular andamento da escola, uma vez adotada a simultaneidade do ensino de cada disciplina para toda a aula, terá a resultar frequentemente o ficar o mesmo aluno pertencendo a mais de uma classe , por exemplo, terceira em leitura, primeira em aritmética, etc. Nestas circunstâncias quando nos mapas estatísticos escolares houvermos de indicar, de um modo geral a que classe o aluno pertence como procederemos? Devemos indicar a média? Qual o processo para a obter?”¹⁰

As consultas acerca da gestão do trabalho pedagógico com alunos de diferentes níveis de aprendizagem indicam as questões advindas de um modelo coletivo, em que o professorado deveria contemplar o nível de cada aluno, ao mesmo tempo que geri-lo no interior de um grupo. Tal problemática era significada pelos professores e pelo periódico à luz de um saber técnico, relativo ao registro institucional, no que define-se como uma forma própria de escrita: a escrituração escolar. A apropriação desta técnica escriturária, na manifestação do professorado, mediava a análise de questões que delimitavam o campo pedagógico.

Destaca-se na análise da correspondência, bem como no registro das temáticas desenvolvidas nas conferências pedagógicas e nos programas de curso das Escolas Normais, a centralidade da escrituração escolar, entendida como corpus de conhecimento que permitira o domínio de uma técnica relativo ao exercício da função.

⁹ BN. O Ensino, 1885: p. 184

¹⁰ BN. O Ensino, 1885, p. 253

Tal técnica revelava-se de fulcral importância na uniformização do funcionamento das salas de aula, na produção de dados que conferissem visibilidade, cientificamente sustentada, a um diagnóstico nacional da educação, bem como na gestão de um sistema ainda precário, possibilitando instrumentos de controle.

No caso das escolas, erigiu-se nesse período toda uma variedade de instrumentos técnicos de registro, acompanhamento, avaliação e controle das práticas desenvolvidas nas salas de aula, ou relacionados à instituição. Tais instrumentos constituíram um dos elementos da cultura escolar então em conformação, mediando a relação dos professores com o Estado, bem como configurando um aparato burocrático próprio. A revista reproduzia o seguinte texto sobre as tarefas escriturárias do docente:

“ Deveres do professor: os professores devem possuir registros anuais e semestrais para anotar a frequência e comportamento dos alunos, além de registros mensais, onde mais prontamente anotam sua frequência, segundo modelos elaborados, aprovados e fornecidos pela municipalidade, a fim de serem examinados pelas autoridades escolares municipais e governamentais. São igualmente obrigados a enviar aos pais dos alunos, desde que foi admitido na classe, um cartão impresso onde consta a sua admissão, convenientemente preenchido e assinado, cartão que os mesmos têm o cuidado de reclamar bimensalmente e no qual se registra o resultado do ensino durante este tempo”¹¹

A centralidade do domínio dos instrumentos de registro traduzia-se na transformação deste saber técnico em campo disciplinar, presente no currículo das Escolas Normais, nas disciplinas “Escrituração Mercantil” e “Redação de Assuntos Pedagógicos”, nas quais se ensinava: “ a redação de papéis oficiais a que é obrigado o professor primário”(apud Morerinha, 1990; p. 19), constituindo também tema das conferências pedagógicas. A importância do domínio desta escrita técnica tinha expressão na conclamação aos professores para que enviassem ao periódico o registro de seus mapas de frequência, elogiando os que respondiam a tal demanda, bem como publicando-os no periódico.

¹¹ BN. O Ensino, 1888, p. 326

A escrituração escolar refere-se ao que Foucault denomina “escrita disciplinar”, ou seja, uma rede de anotações escritas que captam e fixam o indivíduo, permitindo: “classificar, formar categorias, estabelecer médias, fixar normas” (1986, p. 169).

Tal escrita, fundada numa racionalidade técnica, exigiria a constituição cada vez mais minuciosa de dispositivos de controle, a atuarem não apenas a nível do Estado, mas a incidir sobre o indivíduo. Para o autor, o processo histórico de individualização dos sujeitos sociais, daria-se também através do registro minucioso e sistemático de suas ações, inscrevendo-os no interior de um conjunto.

Associa-se, no caso da escrituração escolar, o registro do comportamento singular de cada sujeito à sua inscrição num coletivo, que lhe conferiria significação. Expressa-se, mais que uma técnica de registro, um dispositivo de governo, relacionado ao saber demográfico. Como afirma Garnel(2003, p. 252): : “ o saber demográfico se foi impondo como um fator essencial da governabilidade típica do Estado moderno”

O saber demográfico tinha na estatística a disciplina de sustentação, compreendida como instrumento de padronização social. Disciplina que transforma-se em corpus de conhecimento capaz de conferir legitimidade a ciência pedagógica. Se o domínio dos seus pressupostos era fundamental para a estruturação do discurso dos especialistas, no caso dos professores, estes deveriam apropriar-se do saber técnico relacionado às formas de registro.

Cabe destacar, no entanto, que haviam representações diferenciadas acerca da funcionalidade da estatística escolar, por parte dos periódicos. Enquanto “O Ensino” mostrava-se vivo divulgador dos instrumentos padronizados de registro, “A Educação Nacional” pronunciava-se criticamente: “os professores trimestralmente remetem aos administradores do conselho uma lista com o número de crianças em idade escolar...pois tais listas vão dormir no cesto de papéis velhos e só servem para dar trabalho ao professor e mais nada”¹²

No que refere-se ao desempenho escolar dos alunos, as cartas mencionavam questões disciplinares, em que os professores perguntavam como gerir as manifestações de indisciplina do alunado. Numa consulta, o professor questionava se, diante do comportamento do aluno, indicativo de sua expulsão, quem seria responsabilizado pelo pagamento da multa pelo não cumprimento da lei da obrigatoriedade escolar, os pais do aluno faltoso, ou o professor que decidiu por sua exclusão. Em que pese que a lei pouco foi aplicada ao longo do período, os termos da consulta indicam uma relação com o

¹² BN. A Educação Nacional, 1897, p. 314

Estado pautada pelo rígido controle do desempenho do seu ofício. Controle que aparece noutra correspondência: “ não havendo na povoação em que funciona a escola, relógio público, o professor tem de regular a entrada e saída pelo seu ou pelo dos particulares...e quando o seu não regula pelos dos outros, tem que sofrer alguma pena disciplinar?”¹³.

O trabalho do professorado achava-se submetido ao controle das Juntas Municipais e principalmente dos inspetores de ensino. Estes deveriam segundo seus superiores “...quando os professores, pela sua negligência e desleixo, faltarem ao cumprimento de suas obrigações, depois de devidamente prevenidos e aconselhados, V. Senhoria promoverá sem hesitação nem condescendência a aplicação das penalidades estabelecidas pela lei. “(2003, p. 45)

Boto (2003) registra o seguinte comentário acerca das relações de controle a que era exposto o professorado: “ e hoje impõem graves castigos aos professores por qualquer falta cometida no exercício de suas funções, temos, contudo, direito a que nos dêem a consideração devida ao sacerdócio que exercemos...esperamos, pois que em breve, soará a hora da emancipação do professorado primário!...unamo-nos pois, colegas, que a vitória será nossa “ (Guerreiro, 1898)

O resgate das manifestações do professorado demonstram que havia arraigado sentimento de pertencimento a uma categoria profissional, com demandas específicas, que organizava-se de forma a contrapor-se as sanções por parte do Estado, ao mesmo tempo que apropriava-se da imagem do sacerdócio, tomado como expressão característica do ofício. Ofício definido pelo manejo de um saber técnico, o qual mediava a interpretação de questões referentes ao cotidiano escolar. Estas questões tinham por parte dos especialistas uma interpretação diversa, sustentada na ciência pedagógica.

Discursos sobre o aluno: os especialistas

Como contraponto a expressão de saberes do professorado, foi fundamental a análise dos discursos dos especialistas que, nesse período histórico, assumem o lugar de detentores do conhecimento pedagógico, influenciando diretamente na formulação de políticas educacionais, bem como na constituição e difusão de uma cultura escolar identificada com a modernidade pedagógica, fazendo circular discursos dotados de maior legitimidade social.

¹³ BN. O Ensino., 1878, p. 34

Na tensão entre tais discursos ocorre o que Escolano(1999, p.25) define como: “ la interdependência entre la desvaluacion de la profission docente y de los profesores como produtores de conocimiento, asi como la correspondente aparicion de nuevos grupos de expertos que se afirman como autoridade cientifica en el cargo de la educacion”

Se os distintos discursos repercutem o lugar social de seus autores, revela-se também a diferenciação de sua estrutura textual, bem como de seus espaços de circulação. A Revista de Educação e Ensino entendia seu papel difusor como regenerador do ensino, exercido através da circulação de saberes científicos, numa posição distinta dos demais veículos que lhe eram contemporâneos.

Cabe considerar os autores e possíveis leitores da revista, publicada em Lisboa, num período de conformação de uma “ burguesia esclarecida”(Proença, 1985) na capital e com demandas diferenciadas em relação a escola, do restante do país. Verifica-se na análise da estrutura discursiva dos textos que tinha-se como leitor modelo um sujeito com um nível de letramento capaz de compreender o vocabulário, as referências e a organização do texto científico, quer seja, o professor do ensino liceal . Por outro, os temas tratados relacionavam-se a questões escolares próprias dos extratos médios urbanos da população, discutindo fenômenos como fadiga escolar, apatia, miopia, etc.(fadiga não relacionada ao exercício do trabalho), a pertinência do ensino do alemão nas escolas, temas pouco afeitos as escolas primárias do interior do país, com problemáticas bastante distintas das contempladas pelo periódico. A centralidade da educação secundária era expressa nos artigos:

“ eis-nos chegado ao único grau de ensino que o nosso país consegue prender a atenção pública e até por vezes, apaixoná-la: Não que entre nós não se se editem, com larga lógica de conhecimento, os árduos problemas em que o ensino primário se enreda; mas porque é a instrução burguesa, a instrução de todos e que todos querem simplificada...reina no assunto plena paz e concórdia entre os portugueses: todos querem um curso em poucos anos e com programas simples”¹⁴

As temáticas tratadas pelo professorado eram também trabalhados nos artigos dos especialistas, tendo aí uma expressão diferenciada, fundada no cientificismo característico do período. Ao contemplar a diversidade geracional da composição do

¹⁴ BN. Revista de Educação e Ensino, 1889, p. 215

corpo discente, os periódicos lançavam mão de discursos referidos a psicogenia nascente, analisando as diferenças das competências de aprendizagem de alunos de idades variadas.

Os discursos sobre o aluno ocupavam grande parte da produção da Revista de Educação e Ensino. A revista dialogava com a produção acadêmica mais recente, revelando, ao longo de sua existência, um progressivo deslocamento de um referencial estritamente positivista, para o de divulgação da antropometria emergente, na análise dos processos de desenvolvimento humano, que sustentariam a apreensão das crescentes capacidades de aprendizagem do aluno.

Nos artigos do periódico, de forma a apreender os processos de desenvolvimento individuais, recorria-se inicialmente a chamada hipótese da recapitulação de Haenckel, autor frequentemente citado: “ a série de formas pelas quais passa o organismo individual, desde a célula primitiva, até o desenvolvimento pleno, é tão somente a repetição em miniatura da longa série de transformações plenas quais passavam os antepassados do mesmo organismo desde os tempos mais remotos até os nossos dias”¹⁵ Os professores deveriam, na compreensão dos processos de desenvolvimento do aluno, recorrer ao estudo da evolução da espécie. Para tal, o conhecimento da história humana, ou mais exatamente da história da civilização (e não das civilizações) constituía a referência central.

De forma a fundamentar a análise dos processos de evolução histórica da humanidade, a revista reproduzia a teoria dos três estágios postulada por Comte, base para apreensão dos processos de desenvolvimento individual. Mais do que o positivismo, ou uma interpretação spenceriana do evolucionismo¹⁶, o cientificismo constituía a marca maior da produção do periódico, a crença no poder da ciência na regeneração social portuguesa, através de uma educação nacional fundada nos pressupostos epistemológicos da época (Catroga, 1998).

Observa-se paulatinamente um deslocamento nos referenciais que sustentavam a apresentação da ciência psicogenética. Verifica-se o que Catroga(idem, ibidem) define como: “ a defesa da redução da realidade psíquica à realidade fisiológica”. Dimensão que aparece também no periódico Educação Nacional, ao comentar a necessidade do professorado adquirir o livro: “Bosquejos de anatomia e fisiologia”, apresentado como

¹⁵ BN. Revista de Educação e Ensino, 1887, p. 78

¹⁶ A citação aos princípios evolucionistas, na interpretação de Specer eram também constantes no periódico

fundamental para a “aquisição de conhecimentos que sustentariam a compreensão dos processos de desenvolvimento do indivíduo.”

Tal deslocamento reflete a posição de destaque cada vez maior do saber médico na definição da ciência da educação. Para Ferreira (2002, p. 103): “ era preciso determinar as condições de desenvolvimento da criança e isto era função reservada à medicina... possuindo um discurso sobre o desenvolvimento da criança adequado `a concepção científica da época, a medicina alarga o seu campo de ação e seu poder de intervenção”

De uma leitura fundada na biologia e numa perspectiva historicista comtiana, passa a assumir centralidade a veiculação de preceitos médico- higienistas, no diálogo com a antropometria emergente, alterando-se a percepção e análise dos processos de desenvolvimento humano e de organização do campo pedagógico. Com o avanço dos estudos fisiológicos, vai-se delineando uma perspectiva diferenciada, de cunho empiricista, voltada para construção de estratégias de investigação centradas no estudo da criança concreta , através da mensuração dos seus caracteres anátomo-fisiológicos, definidos por seu pertencimento sócio-racial.

De acordo com o periódico o tipo e quantidade de trabalho a ser desenvolvido com crianças teria como categorias balizadoras a idade e a raça: “a experiência dos pedagogistas corroborada pela prática dos mestres chega as seguintes conclusões quanto a capacidade de trabalho mental das crianças na escola: para cada idade como para as diferentes raças há uma capacidade diversa de trabalho. Tudo que exceda esse limite de capacidade é prejudicial”¹⁷

Operação esta que reflete a centralidade da relação raça/ história na produção do conhecimento do século XIX, em que tais eixos constituíram elementos catalizadores na apreensão dos mais distintos fenômenos. Verifica-se portanto, paulatinamente, a mudança nos paradigmas de análise dos processos de desenvolvimento humano, de um olhar historicista de base positivista, para uma perspectiva fundada na análise das diferenças raciais, o que fez deslocar a força do ideário comtiano, embora este mantivesse sua marca na postulação de uma ciência objetiva.

Já nas demais revistas a discussão sobre os processos de desenvolvimento do aluno tinha em vista, não tanto a divulgação dos saberes acadêmico- científicos, mas a difusão das novas metodologias pedagógicas, fundadas em tais postulados. Buscava-se irradiar, para um público leitor de professores do ensino primário, o modelo de escola graduada,

¹⁷ Revista de Educacao e Ensino, 1900, p. 41

contraposto a escola fundada na memorização de conhecimentos, compreendida como pouco científica.

São frequentes as referências a um discurso sustentado na matriz psicológica sobre a importância de considerar o processo evolutivo do aluno, na ordenação dos conteúdos escolares, em nome do desenvolvimento de uma escola moderna.:

“na escola moderna cumpre acabar de vez com o atrofamento do desenvolvimento normal das faculdades infantis, graduando o ensino pela força sempre crescente das mesmas faculdades, a mudar completamente o método e os processos de ensino...desenvolvendo normalmente as faculdades da criança, segundo passo a passo a lei da evolução mental”¹⁸.

Noutro trecho, o autor é enfático na defesa do conhecimento das fases da evolução mental: “é indispensável o estudo e conhecimento das leis segundo as quais tem lugar o desenvolvimento progressivo do ser humano, as manifestações dos seus instintos”¹⁹

Observa-se portanto, no discurso dos especialistas, por um lado uma arraigada concepção cientificista. Por outro, diferenciam-se, de acordo com o veículo difusor e o público a quem se dirigiam os discursos e as estruturas textuais.

Conclusão:

A análise das produções discursivas em circulação na educação portuguesa do período, indica uma concepção de ciência própria daquele momento histórico. Como afirma Foucault(1997, p. 15): “há sem dúvida, uma vontade de verdade no século XIX que, nem pelas formas que põe em jogo, nem pelos domínios de objetos aos quais se dirige, nem mesmo pelas técnicas sobre as quais se apoia, não coincide com a vontade de saber que caracteriza a cultura clássica”

O forte cientificismo é resultante não apenas do inequívoco desenvolvimento técnico-científico, mas também das relações de poder/ saber característicos daquele momento histórico. Os chamados especialistas e, mais destacadamente os médicos, conseguiram afirmar-se socialmente como grupo profissional capaz de responder, na posse de um conhecimento especializado, às novas demandas sociais, no caso em análise, a uma cientificização do campo pedagógico.

¹⁸ BN, O Ensino, 1885, p. 32

¹⁹ BN, O Ensino, 1887, p. 141

Nesse ordenamento, os professores viram-se projetados como depositários de discursos, detentores de um conhecimento dotado de menor legitimidade social. Nesta trama, seria através do aprendizado deste saber científico, que o professorado poderia afirmar-se como grupo profissional reconhecido.

Cabe destacar que o professorado não constituía um grupo uniforme, nem em suas práticas, nem na relação com o saber científico. Os professores secundários, destinatários privilegiados dos discursos acadêmicos do periódico: *Revista de Educação e Ensino* eram representados como grupo cujas características o aproximavam do perfil intelectual. Já os professores primários, destinatários dos discursos das demais revistas analisadas, discursos estes voltados para o manejo do cotidiano escolar, afirmaram-se historicamente como grupo social diferenciado, cujo ofício era definido por uma prática artesanal, técnica e semi especializada.

Verifica-se que os discursos não apenas tinham em vista leitores diferenciados, mas os produziam através da estrutura e conteúdo dos textos, bem como da identidade dos espaços de difusão. Como indica Eco(1987), no processo de construção textual, o autor não apenas supõe um leitor modelo, dotado de determinadas competências linguísticas que tornem possíveis a leitura, mas projeta tais competências no ato da escrita. No caso em análise, afirma-se no período uma identidade profissional distinta entre os docentes de acordo com seu nível de atuação, distinção para a qual a diferenciação das produções discursivas presentes nos periódicos teve papel fundamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- . BOTO, Carlota.(2003) O professor primário português como intelectual: eu ensino, logo existo” In *Revista Historia das Ideias*. Coimbra: Universidade de Coimbra, vol. 24
- . CHARTIER, Roger.(1991) *A história cultural*.Lisboa: Difel
- . CATROGA, Fernando.(1998). Positivistas e republicanos in CATROGA & TORGAL & MENDES. *História da história em Portugal secs. XIX- XX*. Coimbra: Temas e debates
- . ECO, Umberto (1987). *Lector in fábula*. São Paulo: Perspectiva
- . ESCOLANO, A.(1999) Los profesores en la historia in ESCOLANO & MAGALHAES (org.) *Os professores na história*. Porto: Sociedade Portuguesa de História da Educação
- FALCON, Francisco.(1997) História das ideias in VAINFAS& CARDOSO(org.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus

- . FERREIRA, António Gomes.(2002) Higiene e o investimento médico na educação da infância In: GONDRA, José(org.) História, infância e escolarização. Rio de Janeiro: 7 Letras
- . FOUCAULT, Michel.(1997) *A ordem do discurso*. Lisboa: Olhos d'água
- . _____ . (1986) *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes
- . GARNEL, Maria Rita.(2003) O poder intelectual das elites. In *Revista História das Ideias*. Coimbra: Universidade de Coimbra, n. 24
- . _____ .(2003) O poder intelectual dos médicos: final do século XIX- início do século XX. In *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Universidade de Coimbra, n. 24
- . GURREIRO; Custódio.(1898) *Aspirações e protestos do professorado primário: memórias e pareceres apresentados nos Congressos Pedagógicos de Lisboa e Porto*. Lisboa: Typographia Nacional
- . MOREIRINHAS, J. Pinheiro.(1990). *A Escola Normal de Lisboa*. Lisboa: Tipografia Nacional
- . NOVOA, António.(1993) *A imprensa de educação e de ensino- repertório analítico(séculos XIX e XX)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional
- . PROENÇA, Maria Cândida.(1985) *A Reforma Jayme Moniz*. Lisboa, Colibri, 1985